

Prontidão na proteção social e desastres naturais: América Latina e o Caribe

Rodolfo Beazley, Ana Solórzano, Programa Mundial de Alimentos (PMA), e Valentina Barca

O interesse no uso de sistemas de proteção social em responder a choques covariados está crescendo na América Latina e no Caribe (ALC) e em outros lugares. Na região da ALC, a cobertura e a adequabilidade dos serviços de proteção social variam de país a país, mas, em geral, os sistemas foram expandidos e fortalecidos nas últimas décadas, bem como a capacidade administrativa por trás deles.

Os sistemas de proteção social na ALC estão intrinsicamente ligados à resposta a choques, apesar de terem sido usualmente projetados para lidar com choques idiossincrático e crises econômicas (além da redução da pobreza e do apoio ao longo do ciclo da vida). Apenas mais recentemente a proteção social tem sido usada como uma plataforma para fornecer apoio às pessoas afetadas por desastres naturais. Exemplos incluem a resposta do Equador ao terremoto de 2016, a resposta do Peru às enchentes de 2017, causadas pelo fenômeno costeiro El Niño, a resposta do México ao terremoto de 2017, a resposta da Dominica ao furacão Maria em 2017, a resposta de El Salvador à seca prolongada de 2018 e o sistema do Chile de resposta a desastres, que tem sido adaptado frequentemente nos anos recentes.

A premissa é simples: sistemas de proteção social que fornecem apoio a pessoas em situação de necessidade durante tempos sem adversidades também poderiam prover apoio àquelas afetadas por choques covariados.¹ Entretanto, essa premissa traz consigo várias questões ocultas importantes: A proteção social está mais bem situada que os outros setores para fornecer assistência? Seria possível ampliar a proteção social a tempo? O apoio fornecido pela proteção social é capaz de atender às necessidades das pessoas afetadas por tais choques? Como tudo isso varia de acordo com o tipo e a escala de choque?

Experiências e estudos recentes (BEAZLEY; SOLÓRZANO; BARCA, 2019) produziram evidências e conhecimento suficiente para começar a responder a algumas dessas e outras questões. Uma das principais conclusões é a de que investimentos em prontidão são fundamentais para respostas eficientes e efetivas, por meio da proteção social. Mesmo respostas simples, tais como fornecer recursos suplementares a beneficiários (“expansões verticais”), são frequentemente atrasadas quando protocolos não são implementados, quando a legislação não permite essas respostas, quando a equipe dos programas não recebe treinamento adequado, quando as plataformas de TI não são adaptadas, quando não há acordos de compartilhamento de dados e quando não há empenho político para se transferir fundos por meio da proteção social.

A ausência de medidas preparatórias tende a causar lentidão nos processos decisórios após eventos de crise, o que resulta em atrasos para fornecer apoio. Por exemplo, as respostas recentes de transferências via proteção social aos choques mencionados no Equador, Peru e Dominica foram quase que inteiramente concebidas e desenhadas depois dos choques em si. Apesar dos diferentes graus de sucesso, adequação e rapidez de tais experiências, as respostas poderiam ter sido mais fortes se houvesse planejamento e prontidão adequados.

Considerando-se o quão importante é o planejamento e a prontidão, mesmo quando se usa programas e capacidades existentes, alguns governos da região começaram a investir na prontidão de seus sistemas de proteção social.

No Peru, uma resolução ministerial de agosto de 2018 criou um grupo de trabalho interministerial, situado no Ministério de Desenvolvimento e Inclusão Social (MIDIS), para desenvolver uma estratégia nacional de proteção social pronta para responder a choques. Além disso, em fevereiro de 2019, um decreto modificou a lei que regula o sistema nacional de gestão de risco (SINAGERD) e atribuiu ao MIDIS o papel de ser o primeiro órgão a responder às emergências.



No Equador, o governo elaborou um decreto presidencial estabelecendo o papel da proteção social na resposta às emergências e um manual de operações para a assistência humanitária. Um cadastro de agregados familiares afetados e mecanismos de coleta de dados relacionados também estão sendo desenvolvidos.

Na República Dominicana, um memorando de entendimento entre o Programa Mundial de Alimentos (PMA) e o governo foi assinado em 2017, para o fortalecimento de capacidades e para a canalização do apoio do PMA, por meio do sistema de proteção social no advento das crises humanitárias. Além disso, há o uso de dados da proteção social a partir do Sistema Único de Beneficiários (SIUBEN), para prontidão ao risco de desastres (para mais informações sobre o papel dos dados da assistência social para resposta a choques, ver Barca e Beazley, 2019).

Na Colômbia, o Departamento para Prosperidade Social desenvolve uma série de medidas para tornar o sistema de proteção social mais responsivo a desastres naturais, bem como fornecer apoio ao influxo de imigrantes venezuelanos. Tais estratégias incluem: a revisão de protocolos e diretrizes dos programas; a implementação de um projeto-piloto de ajuda humanitária em espécie (com o apoio do PMA); e o desenvolvimento de diretrizes para a implementação de programas assistenciais por atores internacionais, que permitam o compartilhamento de critérios e procedimentos em comum.

Na Dominica, o PMA e a UNICEF estão atualmente apoiando o governo no desenvolvimento de um sistema de gestão de informações e procedimentos-padrão de operação para o principal programa de transferência de renda, levando em consideração a necessidade por um programa flexível que pode ser usado para responder a choques futuros.

No Caribe, o primeiro Simpósio Regional sobre Proteção Social Sensível aos Choques² foi organizado pela Agência de Gestão de Emergências em Caso de Desastres do Caribe e o PMA e hospedado pelo Governo das Ilhas Turcas e Caicos em junho de 2019. Nessa reunião, líderes regionais, especialistas e profissionais políticos enfatizaram a importância de se preparar sistemas de proteção social para responder e mitigar os impactos de riscos e choques climáticos.

À medida que as evidências indicam, cada vez mais, os benefícios do uso de sistemas de proteção social para responder aos choques, dadas certas circunstâncias e pré-requisitos, os governos da ALC e seus parceiros estão começando a investir no preparo de suas políticas e seus sistemas para garantir que tais pré-requisitos estejam preparados antes que alguma emergência ocorra.

Referências:

BARCA, V.; BEAZLEY, R. Building on government systems for shock preparedness and response: the role of social assistance data and information systems. Canberra: Departamento de Relações Internacionais e Comércio do Governo da Austrália, 2019. Disponível em: <<https://dfat.gov.au/about-us/publications/Pages/building-government-systems-for-shock-preparedness-and-response-the-role-of-social-assistance-data-and-information-systems.asp>>. Acesso em: 30 ago. 2019.

BEAZLEY, R.; SOLÓRZANO, A.; BARCA, V. Study on shock-responsive social protection in Latin America and the Caribbean: summary of key findings and policy recommendations. Oxford: Oxford Policy Management/Programa Mundial de Alimentos, 2019. Disponível em: <<https://www.opml.co.uk/projects/study-shock-responsive-social-protection-latin-america-and-caribbean>>. Acesso em: 30 ago. 2019.

Notas:

1. Veja um vídeo curto em: <https://youtu.be/rZY47LdSy_c>.

2. Ver: <<https://socialprotection.org/livestream-regional-symposium-shock-responsive-social-protection-caribbean>>.